

CONCEPÇÕES QUE ORIENTAM A PARTICIPAÇÃO DISCENTE EM GRÊMIOS ESTUDANTIS DE ESCOLAS PARANAENSES

CONCEPTIONS WHICH GUIDE STUDENTS' PARTICIPATION IN STUDENT UNIONS IN THE STATE OF PARANÁ

Aldimara Catarina Delabona Brito Boutin¹

Simone de Fátima Flach²

Resumo

O presente artigo analisa as concepções que orientam a participação dos estudantes em Grêmios Estudantis expressas em documentos da SEED-PR e do Instituto Sou da Paz. Contextualiza historicamente a participação estudantil em entidades representativas e a legislação que regulamenta esse tipo de organização. A partir do materialismo histórico e dialético problematiza o modelo de participação proposto por setores governantes, legislação e entidades que vêm se destacando com orientações à juventude. Conclui-se que os documentos analisados estimulam a participação e a organização de Grêmios Estudantis, mas pouco contribui para o processo de emancipação, pois as orientações expressam ideologias que reduzem o exercício da democracia e elevam o reformismo social como a solução para as desigualdades produzidas pelo modo de produção capitalista.

Palavras chave: Grêmio Estudantil. Participação discente. Reformas Sociais. Emancipação Humana.

Abstract

This article analyzes the concepts that guide students' participation in Student Unions expressed in SEED-PR and *Instituto Sou da Paz* official documents. Historically, it contextualizes students' participation in representative groups besides the laws governing this type of organization. Stemming from the historical and dialectical materialism, it also discusses the participation model proposed by governmental sectors, along with legislation areas and institutions, which have regulated this kind of organization and the orientation given to students. It follows that the analyzed documents stimulate the participation as well as the organization of School Unions, despite the little contribution it has given to the emancipation process, since the guidelines express ideologies which reduce the exercise of democracy by increasing the social reforms as a solution for the inequalities produced by the capitalist mode of production.

¹ Doutoranda em Educação – Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Paraná – Brasil.
E-mail: audiboutin@hotmail.com

² Doutora em Educação. Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Ponta Grossa – UEPG. Paraná – Brasil. E-mail: eflach@uol.com.br

Keywords: Student Union. Student Participation. Social Reforms. Human Emancipation.

Introdução

A organização de grêmios estudantis no contexto da educação pública tem se mostrado como necessária para os jovens brasileiros desenvolverem uma consciência coletiva sobre a necessidade de enfrentamento das desigualdades criadas pela atual forma de socialização. Nessa perspectiva, o grêmio estudantil se caracteriza como uma das possibilidades de formação política da juventude, desempenhando papel fundamental para o futuro da sociedade.

Inúmeras pesquisas (Poermer, 1979; Mendes Jr., 1982; Araújo, 2007) apontam maneiras pelas quais os jovens podem exercer diferentes papéis na realidade social, oferecendo dados e análises que auxiliam na reflexão sobre a ação juvenil em diferentes momentos da história brasileira.

Em que pese a característica individual de cada produção, esses autores expõem que, mesmo antes da organização estudantil, feita por meio de entidades organizadas, como a UNE - União Nacional dos Estudantes e UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, os jovens já se engajavam em lutas, que visavam, de forma imediata, à ampliação dos direitos sociais, e, no médio e longo prazo, ao rompimento com as situações impostas pelos setores dominantes.

De acordo com as pesquisas de Poermer (1979), o marco inicial da atuação juvenil no Brasil, localiza-se no ano de 1710³. A partir dessa data, os jovens estiveram presentes em diferentes episódios históricos, dentre os quais podemos citar: a Inconfidência Mineira, a Campanha Abolicionista, a Revolta Armada, a Primeira Guerra Mundial, por meio das atividades da Liga Nacionalista e da Liga de Defesa Nacional (MENDES Jr., 1982; POERMER, 1979).

Na década de 1930, a atividade estudantil se difundiu e foi facilitada por meio da atuação da organização clandestina identificada pela sigla MMDC⁴ (Miraguaia, Martins, Dráuzio e Camargo), a qual, segundo Mendes Jr. (1982), tinha como objetivo oferecer treinamento militar para o Movimento Constitucionalista. Essa década foi marcada pela criação da UNE, entidade responsável por organizar os estudantes em nível nacional.

³ Poermer (1979) expõe que no ano de 1710, um grupo de corsários franceses, sob a liderança do conde Duclerc, ao invadirem a cidade do Rio de Janeiro são expulsos por cerca de quatrocentos estudantes.

⁴ A sigla MMDC refere-se ao nome dos estudantes mortos em manifestação no ano de 1932.

Em 1948, foi inaugurada a entidade que deu voz aos estudantes secundaristas, a UNES - União Nacional dos Estudantes Secundaristas, que mais tarde teve seu nome alterado para UBES - União Brasileira dos Estudantes Secundaristas, dada a frequente confusão com a sigla que dava nome à entidade representativa dos estudantes universitários (ARAÚJO, 2007).

A atividade conjunta entre os estudantes secundaristas e universitários se destacou durante o período da Ditadura Militar (1964-1985). Algumas das lutas protagonizadas pela UNE, em aliança com as UBES, podem ser identificadas nos conflitos em que se buscava a superação da situação política instaurada no país, como a Passeata dos Cem Mil, o Massacre da Praia Vermelha, a Batalha da Rua Maria Antônia, entre outros (ARAÚJO, 2007), e também na “Campanha pelas Diretas Já”, de 1983, movimento que contribuiu para a retomada da democracia no Brasil (PAULO NETTO, 2014).

A atuação juvenil contribuiu tanto para o rompimento de diferentes situações ou decisões políticas quanto para a conquista e a ampliação de direitos sociais. O caminho trilhado para a luta por direitos e para a participação e a organização em entidades de representação estudantil foi longo e tortuoso. Embora a legislação ressalte a importância da participação e garanta o direito à organização discente é salutar ressaltar que não existe uma única forma de participação e que a concepção hegemônica que a tem orientado é aquela defendida pelos setores dominantes.

Nessa perspectiva, torna-se importante refletir se o modelo de participação proposto pelos setores governamentais, pela legislação e por entidades não-governamentais contribuiu para a construção do pensamento crítico em relação às contradições presentes no modelo de sociabilidade em vigor.

Para tanto, as análises apresentadas neste texto têm como objetivo expor as concepções que orientam a legislação, os manuais e as cartilhas da Secretaria de Educação do Estado do Paraná (SEED-PR), e da instituição não-governamental denominada Instituto Sou da Paz. Importa esclarecer que tais documentos orientam a participação juvenil nos Grêmios Estudantis das escolas paranaenses.

O Grêmio Estudantil e a legislação

A reivindicação dos jovens pela criação de grêmios livres e autônomos foi assegurada pela Lei nº 6.680/79. No entanto, a mesma lei que assegurou o direito de organização cerceou a atuação estudantil quando dispôs que,

Art. 8º- Nos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus somente poderão ser constituídos grêmios estudantis com finalidades cívicas, culturais, sociais e desportivas, cuja atividade se restringirá aos limites estabelecidos em regimento, devendo ser sempre assistidos por membros do corpo docente (BRASIL, 1979).

A permissão de criação e de atuação em Grêmios Estudantis, em pleno período ditatorial, não representou um avanço significativo para os direitos estudantis, visto que, ao reduzir a atividade discente a práticas com finalidades cívicas, culturais e desportivas restringiu a liberdade de expressão.

Essa lei expressa a contradição do período em que foi criada, visto que ofereceu dubiedade no processo participativo. Ao mesmo tempo em que garantiu a organização e a atuação dos alunos secundaristas em Grêmios Estudantis, também contribuiu para que as agremiações se conservassem como instituições tuteladas em razão de que seu funcionamento estava condicionado à presença de um membro do corpo docente.

No processo de definhamento do período ditatorial, a Lei nº 7.398/85 representou uma conquista para os estudantes. Em oposição à legislação anterior, assegurou a criação de Grêmios Estudantis como entidades livres, autônomas e representativas dos interesses dos alunos do Ensino de 1º e 2º graus.

A referida lei foi composta por três artigos, assim organizados:

Art. 1º Aos estudantes dos Estabelecimentos de Ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de Estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas, esportivas e sociais.

§ 2º A organização, o funcionamento e as atividades dos Grêmios serão estabelecidos nos seus estatutos, aprovados em Assembleia Geral do corpo discente de cada Estabelecimento de Ensino convocada para este fim.

§ 3º A aprovação dos estatutos, e a escolha dos dirigentes e dos representantes do Grêmio Estudantil serão realizadas pelo voto direto e secreto de cada estudante, observando-se, no que couber, as normas da legislação eleitoral.

Art.2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 04 de novembro de 1985; 164º da Independência e 97º da República (BRASIL, 1985).

O avanço representado pela Lei nº 7.398/85, ainda em vigor, pode ser identificado não apenas na previsão sobre o funcionamento dos Grêmios Estudantis, mas também por deliberar sobre a sua criação por meio de processos eleitorais, estatutos e regimentos a serem elaborados em assembleias de estudantes. Mesmo representando um avanço, ainda conservou alguns traços e características da lei anterior, ao determinar que a atuação dos Grêmios Estudantis devesse ser norteadas por ideais cívicos, culturais e desportivos. Naquela conjuntura social e política, essa

determinação representou o pensamento dominante da época, podendo ser indicada como um cerceamento à atuação política dos estudantes, sendo essa, muito provavelmente, considerada irrelevante ou desnecessária pelos legisladores.

Outras leis posteriores também preveem a organização e a atuação estudantil. Podemos citar: a Lei nº 8.069/90, mais conhecida como Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que assegura, no inciso IV do art. 53, “direito de organização e participação em entidades estudantis” (BRASIL, 1990); a Lei nº 9.394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, que, mesmo não prevendo de forma explícita a participação dos estudantes em Grêmios Estudantis, estabelece a gestão democrática como um dos princípios e fins da educação nacional apontando para a participação em instâncias colegiadas.

Em que pesem os interesses explícitos ou não na legislação, o direito à participação discente em Grêmios Estudantis é, atualmente, reconhecido. O Grêmio Estudantil se caracteriza como uma instituição livre e autônoma, expressando a liberdade e a iniciativa discente como eixo importante para o exercício da democracia. No entanto, entendemos que o processo democrático não tem significado único, mas representa diferentes concepções sobre a organização social, os indivíduos e as ações necessárias para a transformação da realidade.

Na sociedade capitalista, o exercício democrático está atrelado à concepção homogênea e hegemônica de determinada classe, a qual impede um processo de consciência política coletiva. Por isso, é importante refletir sobre as ideologias apresentadas nos documentos que orientam a atuação de estudantes em Grêmios Estudantis.

Documentos orientadores para a atuação nos Grêmios Estudantis: limites e possibilidades para a participação discente

Para a realização da análise proposta, utilizamos informações disponíveis no *website* da SEED-PR e nos manuais “Grêmio Estudantil: Participe”; “Grêmio Estudantil: é hora de participar”; e o guia “Grêmio em Forma”, divulgados pela SEED-PR e pelo Instituto Sou da Paz. A opção por esses documentos deu-se em razão de que fundamentam a organização e as ações dos Grêmios Estudantis de parcela significativa de escolas paranaenses, pois são amplamente divulgados entre os estudantes.

No portal, “Dia a dia da educação⁵”, da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná- SEED-PR, os encaminhamentos que pretendem nortear as atividades estudantis são explicitados de forma breve, deixando margem para que manuais e guias orientadores direcionem as ações juvenis no âmbito da escola.

A concepção de Grêmios Estudantis expressa na página oficial da SEED-PR é que:

O grêmio é uma organização sem fins lucrativos que representa o interesse dos estudantes e que tem fins cívicos, culturais, educacionais, desportivos e sociais. O grêmio é o órgão máximo de representação dos estudantes da escola. Atuando nele, você defende seus direitos e interesses e aprende ética e cidadania na prática (PARANÁ, grêmio estudantil ações, s/d).

Evidencia-se o reconhecimento de que o Grêmio Estudantil é uma instância voltada para a representação dos interesses dos estudantes e para a participação juvenil como expressão do exercício de práticas democráticas. No entanto, o entendimento de democracia não está explícito, mas pode ser identificado nas práticas necessárias indicadas para que o exercício democrático se realize.

A análise do manual “Grêmio Estudantil: é hora de participar”, divulgado pelo Instituto Sou da Paz⁶ e de um manual com instruções para a elaboração e a atuação nos Grêmios Estudantis, intitulado “Grêmio Estudantil: participe” (2012), elaborado pela SEED-PR, auxiliam o entendimento das razões das ações empreendidas pelas agremiações.

No manual “Grêmio Estudantil: é hora de participar”, do Instituto Sou da Paz, a promoção de eventos e festas é considerada como uma prática política e democrática, conforme expõe o documento:

O importante é saber que a festa, assim como o campeonato, e o som no intervalo, pode ser considerada uma ação política e cultural. Primeiro, porque vocês estão representando um grande número de estudantes que os elegeram para realizar estas atividades. [...] por exemplo, terá que negociar com a Direção o uso da quadra (campeonato), a abertura da escola (festa), o uso do aparelho ou do pátio (som no intervalo). E até com os próprios alunos, para decidir, por exemplo, o que terá na festa, ou que tipo de som vai tocar em cada dia no intervalo. Esse é um processo que envolve e exige capacidade de negociação, diálogo, argumentação. Ao estabelecer estas relações para garantir direitos dos estudantes, vocês estão fazendo política e promovendo cultura (INSTITUTO, s/d, p. 24).

⁵ Paraná. Secretaria de Educação do Estado do Paraná - SEED-PR. Para mais detalhes, acesse: <<http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=147>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

⁶ O Instituto Sou da Paz é uma organização não governamental, criada no ano de 1999 por um grupo de estudantes brasileiros. Essa ONG tem, como objetivo, desenvolver campanhas orientadas por valores como a democracia e a cidadania, de modo a contribuir para a redução da violência no Brasil. Para saber mais, acesse: <<http://www.soudapaz.org/o-que-fazemos>>. Acesso em: 12 ago. 2015.

As ações políticas e democráticas dos Grêmios Estudantis, segundo o referido manual, estariam materializadas na promoção de eventos esportivos e festivos.

Concepções semelhantes são defendidas no manual “Grêmio Estudantil: participe” (2012) da SEED-PR, o qual apresenta exemplos de ações que poderiam ser consideradas como práticas democráticas:

- a) Reunir-se com amigos;
- b) Assistir a filmes conforme o gosto pessoal de cada um;
- c) Expressar opiniões de forma oral e escrita;
- d) Cantar músicas de acordo com a preferência de cada um;
- e) Utilizar o voto de forma consciente;
- f) Utilizar a arte como um canal de expressão de opiniões;
- g) Ler jornais, ver TV, navegar na internet, ouvir rádio.

Entendemos que tais atividades podem ter posicionamentos políticos significativos e colaborar para a afirmação da individualidade do jovem. No entanto, por estarem centradas na individualidade, fragilizam o debate amplo a respeito das possibilidades e dos limites de práticas democráticas na sociedade capitalista. Nessa perspectiva, as atividades não tocam radicalmente na desigualdade social, política e econômica que sustenta os interesses hegemônicos da classe dominante. Por isso tais ações se fragilizam no campo da formação de uma vontade coletiva.

Os documentos analisados reconhecem a importância da atuação estudantil norteadora por valores democráticos/cidadãos, mas, em contraposição reduzem o exercício da cidadania ao envolvimento em atividades esportivas e de lazer e diversão, o que colabora para o descompromisso do jovem com uma formação política⁷.

Esses direcionamentos propostos representam um entrave para o processo de superação da sociedade capitalista, uma vez que “é da tomada de consciência” (MANDEL, 1979, p. 156) das contradições apresentadas na sociedade de classes “que nasce uma participação contestatória dos representantes do movimento estudantil” (p. 156). Dessa forma, ressalta-se a importância da atuação

⁷ Na reflexão proposta considera-se engajamento político norteador para uma perspectiva emancipadora o posicionamento crítico frente às desigualdades presentes na sociedade de classes, às concepções e aos discursos dominantes, tidos como verdadeiros, frente a exploração de uma classe sobre a outra. No entanto o engajamento político emancipador, não se reduz apenas a desvelar as contradições da sociedade do capital, mas sim em inserir-se num projeto de lutas em que a emancipação política representa um meio de se chegar a emancipação humana, conforme discorre Marx (2010).

estudantil consciente e dedicada, com a tarefa de compreender os condicionantes da sociedade do capital, visando interferir de forma prática para sua superação.

O Estado, por meio das organizações privadas de hegemonia (sociedade civil), contribui para a neutralização da atuação estudantil sob a perspectiva da emancipação, visto que, ao difundir conceitos que simplificam o exercício da democracia ao mero envolvimento em ações que consistem em reunir-se com amigos em festas e eventos, navegar na internet, e ouvir músicas, colabora para a formação de jovens alienados aos problemas sociais e ao sistema de exploração no qual estão inseridos.

Em consonância com o manual da SEED-PR, o Guia Grêmio em Forma, do Instituto Sou da Paz, também define *cidadania*. Nesse documento, evidencia-se um conceito de cidadania “comprometido”⁸, o qual significa ter “responsabilidade com os outros”. Na concepção apresentada pelo documento analisado, ser cidadão é:

[...] participar. E participar é ir além de simplesmente criticar. Um verdadeiro cidadão sabe que usufruir de um conjunto de direitos, devendo respeitar outro conjunto de deveres, é apenas uma parte do significado de cidadania. Cidadãos conscientes sabem que só há cidadania efetiva se houver ação e cooperação na luta por uma sociedade melhor, em que os direitos humanos sejam respeitados e efetivados em sua totalidade (INSTITUTO, s/d, p. 27).

Ações como essas são denominadas pelo Instituto Sou da Paz como “cidadania ativa”. Por “cidadania ativa” apreende-se que, segundo os documentos analisados, é aquela que envolve o jovem em atividades que tenham o objetivo de operar mudanças sociais. No entanto, tais mudanças não visam à transformação do modelo de sociabilidade, mas sim, de realizar pequenas reformas pontuais que interfiram no modo de vida mais imediato das pessoas. Nessa perspectiva, mudanças são momentâneas, superficiais, localizadas e passíveis de alterações de curta duração, enquanto a transformação visa à alteração estrutural do modelo de sociabilidade, sendo permanente, profunda e ampliada para toda a humanidade, significando uma nova forma de vida.

Nesse sentido, a defesa do reformismo social, defendida nos documentos analisados, desconsidera as transformações estruturais, que são superficiais, caracterizando-se por ações paliativas e momentâneas, pois não visam eliminar a pobreza, superar a divisão da sociedade em classes, ou outras contradições que assolam a sociedade. O reformismo, nesse sentido, contribui apenas para a manutenção e o conformismo com a lógica da divisão de classes, pouco ou nada

⁸ Utiliza-se a expressão conceito “comprometido” para ressaltar que as proposições que tentam buscar uma definição para a democracia, comprometem-se com objetivos já delineados e engajados com uma ideologia reformista.

colaborando para o processo de emancipação, pois o mero cumprimento de tarefas não estimula uma prática que possibilite uma reflexão mais ampla sobre os condicionantes da sociedade capitalista. Dessa maneira, não colabora na luta para a superação do capital.

O Sistema Escolar, enquanto aparelho privado de hegemonia, contribui para a disseminação dos interesses da classe dominante, pois, ao direcionar ações para os Grêmios Estudantis, privilegia práticas políticas comprometidas com o reformismo, neutralizando a combatividade da classe trabalhadora. Dessa forma, incute nos jovens, ideologias que naturalizam as desigualdades sociais, contribuindo, dessa forma, para a formação de jovens passivos e alienados em relação aos problemas sociais aos quais estão vinculados. Por isso, as indicações de ações reformistas contribuem para um processo de despolitização juvenil, neutralizando o desenvolvimento de um pensamento que defenda a superação do sistema capitalista e do próprio capital. É nesse sentido que, pautado na concepção do conformismo/reformismo, o portal “Dia a dia educação”, da SEED-PR, propõe as seguintes atividades a serem desenvolvidas pelos alunos inseridos nos Grêmios Estudantis:

- a) Promover eventos culturais para os alunos e a comunidade, como, por exemplo: exibição de filmes e peças teatrais, gincanas, concursos de poesia, coral, festival de dança, de música, etc.;
- b) Desenvolver eventos esportivos; palestras sobre violência, drogas, sexualidade, meio ambiente, entre outras;
- c) Engajar-se em campanhas de agasalho, de alimentos, e de outros recursos para as populações carentes;
- d) Organizar o jornal e a rádio da escola.

Em que pese o fato de algumas dessas ações conterem possibilidades latentes de colaborar para uma análise ampliada da sociedade e do antagonismo presente em suas relações, o que se destaca é a ênfase nas atividades voltadas para a realização de trabalhos voluntários. Esse direcionamento para as ações está em consonância com as proposições de organismos internacionais para países latino-americanos, entre eles o Brasil, conforme evidenciaram os estudos de Souza (2008).

[...] a representação da UNESCO, no Brasil, revitalizou suas atividades na década de 90. Estabeleceu metas educacionais para o país e firmou convênios e acordos de cooperação técnica com o Ministério da Educação de diversos estados e municípios; Conselho Nacional de Secretários de Educação (CONSED), União Nacional dos Dirigentes Municipais de

Educação (UNDIME); Conselhos de Reitores das Universidades Brasileiras, além de inúmeras organizações não-governamentais, como as Fundações Bradesco e Odebrecht, os Institutos Cultural Itaú, Ayrton Senna, Herbert Levy, e o Serviço Social da Indústria (SESI) (SOUZA, 2008, p. 49).

As propostas para atuação juvenil, de acordo com os referidos organismos, fazem parte dos projetos para a juventude, os quais são incentivados e desenvolvidos por organizações não governamentais caracterizando-se pela redução da ação juvenil ao mero envolvimento em campanhas voluntárias de ajuda aos mais necessitados (SOUZA, 2008).

A sugestão para a adesão dos jovens em ações voltadas para o voluntariado foi apontada como central em importante relatório preparado na Unesco, ainda na década de 1990, por Jacques por Delors. Segundo esse documento:

A educação formal deve, pois, reservar tempo e ocasiões suficientes em seus programas para iniciar os jovens em projetos de cooperação, logo desde a infância, no campo das atividades desportivas e culturais, evidentemente, mas também estimulando a sua participação em atividades sociais: renovação de bairros, ajuda aos mais desfavorecidos, ações humanitárias, serviços de solidariedade entre gerações (DELORS, 1996, p. 99).

Embora o protagonismo juvenil seja defendido pelo discurso oficial como “uma prática servidora, crítica, construtiva, criativa e solidária, na qual a atuação dos jovens estudantes direciona-se para viabilizar soluções imediatas” (GONZÁLEZ; MOURA, 2009, p. 383), esse tipo de prática não elimina a miséria. Marx (2010) fez um alerta para essa questão no Parlamento Inglês em 1834, refletindo sobre como as pequenas reformas estruturadas no assistencialismo podem colaborar para o aumento da pobreza e da mendicância, justamente porque não alteram a estrutura da sociedade capitalista.

Concepções semelhantes são expressas tanto na primeira edição do caderno Grêmio em Forma, do Instituto Sou da Paz, quanto na segunda edição. Nesses documentos são claras as sugestões para uma atuação norteada por princípios voltados ao voluntariado. De acordo com o documento analisado, “em todo lugar sempre tem algo importante a ser melhorado ou construído” e “participar é importante para poder transformar” (INSTITUTO, s/d, p. 14).

Fazer parcerias com instituições (sociais, esportivas, etc.) e estabelecimentos comerciais da região; envolvê-los em gincanas, campanhas, ações sociais, culturais e políticas da comunidade. Uma dica importante: não esqueça nunca de divulgar o nome dos parceiros que colaboram com o projeto; é uma medida justa e estratégica para futuros apoios (INSTITUTO, s/d, p. 14).

Na perspectiva desse documento, ser cidadão consiste em aderir à política do voluntariado, sendo solidário e promovendo a solidariedade, transformando, melhorando ou construindo; e que a participação só é eficaz quando se compromete com a transformação⁹.

O Instituto Sou da Paz, sendo uma organização não governamental, defende as mesmas proposições de diversas ONGs espalhadas pelo Brasil, conforme evidenciaram os estudos de Souza (2008), atuando com vistas à “fabricação de um consenso”: de que o jovem deve ser o ator principal das mudanças sociais, e tais mudanças são mais facilmente alcançadas por meio de ações solidárias.

O ativismo centrado no voluntariado, na busca de soluções reformistas para as mazelas sociais, conforme defendem os documentos analisados, inibe a leitura dos limites e dos condicionantes da sociedade capitalista. Esse tipo de política, sustentada por tais documentos transfere para os jovens a solução dos problemas sociais, contribuindo para que o Estado se isente cada vez mais de tal responsabilidade.

Moura (2008, p. 22) contribui para a reflexão proposta observando que as ações centradas na política do voluntariado apenas colaboram para que as desigualdades sociais sejam amenizadas, pois transferem o “debate político para a ação individual ou coletiva, encaminhando os jovens à adaptação e não à problematização”.

Os documentos analisados também contrariam as determinações da Lei nº 7.398/85, quanto à autonomia e à independência dos Grêmios Estudantis, pois defendem que as atividades desenvolvidas pelos jovens contem com a assessoria dos gestores, professores e de outros profissionais que atuam na escola.

O manual “Grêmios Estudantis: é hora de participar”, do Instituto Sou da Paz, expressa que, mesmo tendo autonomia, o Grêmios Estudantis não deve dispensar a ajuda de outros profissionais inseridos na escola, pois, “quanto mais pessoas estiverem apoiando a gestão, maior é a chance de a mesma ter uma boa atuação” (INSTITUTO, s/d, p. 15).

Não esqueçam que vocês estão dentro de uma escola que possui regras e essa escola, por sua vez, está inserida em uma sociedade que também possui regras. É importante conhecê-las para conseguir realizar seus projetos e manter uma boa relação com a comunidade escolar (INSTITUTO, s/d, p. 15).

Entendemos como necessária a reflexão a respeito das regras, tanto da escola quanto da sociedade mais ampla. No entanto, a ênfase dada pelo documento é a de cumprir tais regras, e, em

⁹ Reafirmamos que, embora os documentos denominem de “transformação”, o que se pretende é “reformular”.

nenhum momento, questioná-las. A tutela a respeito das ações desenvolvidas também está presente na ênfase dada à figura do gestor escolar, quando afirma ser ele:

[...] responsável por tudo o que acontece na escola e deve estar “a par” de tudo o que se passa dentro dela. Ela não só precisa saber das ações que o grêmio pretende realizar, como pode ser uma parceria valiosa na busca pelos meios através dos quais vocês conseguirão concretizar suas ideias (INSTITUTO, s/d, p. 16).

Há, portanto um cerceamento da autonomia dos jovens inseridos nos grêmios, pois, ao ressaltar a figura do gestor como a autoridade máxima dentro da instituição escolar, sobre a qual os alunos devem prestar contas de tudo que acontece, o documento naturaliza uma atuação estudantil despolitizada e tutelada.

Seguindo esses mesmos pressupostos, a SEED-PR traz como sugestão:

A Secretaria de Estado da Educação entende que toda representação estudantil deve ser estimulada, pois ela aponta um caminho para a democratização da Escola. Por isso, o Grêmio nas Escolas públicas deve ser estimulado pelos gestores da Escola, tendo em vista que ele é um apoio à Direção numa gestão colegiada (PARANÁ, grêmio estudantil ações, s/d).

A importância da representação discente por meio dos Grêmios Estudantis é importante para o processo de democratização da escola. No entanto, para a SEED-PR, os Grêmios Estudantis devem atuar como um apoio à direção, ou seja, há o entendimento de que o Grêmio Estudantil é também um parceiro, um colaborador do gestor, o que, na prática, descaracteriza o princípio da autonomia da representatividade discente.

O Instituto Sou da Paz também sugere que o grêmio envolva os professores em suas atividades.

Os professores também podem ser bons parceiros neste momento, pois normalmente eles têm grande experiência em planejamento. Elaborar e escrever projetos nem sempre é fácil e vocês não podem demorar mais tempo fazendo o projeto do que o tempo que têm para realizá-lo. [...] peçam auxílio para aquele professor com quem vocês têm mais proximidade e que esteja mais entusiasmado com o grêmio (INSTITUTO, s/d, p. 22).

Sugere, ainda, que os alunos busquem a colaboração dos professores não apenas para a elaboração, mas também para o desenvolvimento e a execução dos projetos a serem desenvolvidos pelo Grêmio Estudantil. Em que pese a importância de um professor ou profissional da escola, que tenha o compromisso com o desenvolvimento da autonomia dos estudantes, essa orientação abre a possibilidade, também, para um controle a respeito das atividades desenvolvidas pela agremiação.

Dessa forma, compreendemos que a prática juvenil, tutelada e anulada por concepções reformistas, têm eliminados sua combatividade bem como o engajamento político dos jovens.

Os documentos que orientam as atividades dos Grêmios Estudantis das escolas paranaenses induzem a ação dos estudantes às campanhas assistencialistas e reformistas, inibindo a autonomia e conduzindo a uma atuação tutelada e cerceada pelos gestores escolares. Dessa forma, há um interesse não expresso de neutralizar a combatividade dos estudantes e disciplinar suas ações para a manutenção do sistema capitalista.

Considerações finais

O direito à participação e à organização em entidades de representação é uma conquista para os estudantes brasileiros. Algumas leis trouxeram contribuições importantes para que os jovens pudessem expressar opiniões, colaborar para a tomada de decisões, e ainda, lutar pela manutenção, pela ampliação e a conquista de seus direitos e os da sociedade como um todo.

Embora a legislação expresse importantes conquistas e garanta o livre exercício à organização, foi possível evidenciar, a partir dos documentos norteadores, que o exercício da participação, sustentado por ideologias que reduzem o exercício da democracia a práticas voltadas para o voluntariado, fortalece ideias sociais reformistas.

As concepções evidenciadas nos documentos analisados se constituem em barreira para o desenvolvimento da autonomia estudantil, pois contribuem para a manutenção e a conformação com o sistema capitalista.

As sugestões para as ações dos Grêmios Estudantis, identificadas nos documentos, quando colocadas em prática, neutralizam uma perspectiva revolucionária, visto que inibem os questionamentos acerca dos limites da sociedade, ao direcionar o jovem para o entendimento de que essa sociedade não precisa ser superada, mas, no máximo, reformada ou melhorada.

Entendemos que o espaço escolar é contraditório, apresentando especificidades. O mesmo ocorre com os grupos juvenis e profissionais que estão inseridos em cada realidade escolar. Assim sendo, a interpretação dos documentos analisados pode dar-se de forma diferenciada em cada realidade, podendo apresentar tanto avanços quanto limites na atuação discente. Em que pesem essas questões, a análise empreendida apresenta, de forma geral, as concepções que se fazem presentes nos documentos e orientações dados à organização de Grêmios Estudantis das escolas paranaenses, sem inferir sobre sua interpretação e aplicabilidade em cada contexto.

Por isso, é necessária uma discussão ampla a respeito dos argumentos que orientam tais documentos, colocando, no centro do debate, as concepções reformistas que encobrem os reais

interesses da classe dominante, de forma a ampliar a denúncia sobre o aumento da distância entre as classes sociais, tão necessário para a manutenção do capitalismo. Tais denúncias são essenciais para o processo revolucionário.

Referências

ARAÚJO, M. P. **Memórias estudantis**: da fundação da UNE aos nossos dias. Rio de Janeiro: Relume Damara, 2007.

BRASIL, **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm > Acesso em: 24 jul. 2015.

_____. **Lei nº 8.069** de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm > Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. **Lei nº 7.398**, de 04 de novembro de 1985. Dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7398.htm > Acesso em: 13 jun. 2015.

_____. **Lei nº 6.680**, de 16 de agosto de 1979. Dispõe sobre as relações entre o corpo discente e a instituição de ensino superior, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6680.htm > Acesso em: 13 jun. 2015.

CARLOS, A. G. **Grêmios estudantis e participação do estudante**. 2006, 118 f. Dissertação de mestrado (Mestrado em Educação Política e Sociedade) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - São Paulo, 2006.

DELORS, J. (Org.). **Educação**: um tesouro a descobrir. Relatório para a Comissão Internacional da UNESCO. 2. ed. São Paulo: Cortez. 1999. Disponível em: <http://dhnet.org.br/dados/relatorios/a_pdf/r_unesco_educ_tesouro_descobrir.pdf > Acesso em: 12 ago. 2015.

GONZALÉZ, J. L. C; MOURA, M. R. L. Protagonismo juvenil e grêmios estudantis: a produção do indivíduo resiliente. **Eccos Revista Científica**. São Paulo, v. 11, nº 2, p. 375-392, jul - dez, 2009.

INSTITUTO Sou da Paz. **O que fazemos.** Disponível em: <http://www.soudapaz.org/o-que-fazemos>. Acesso em: 12 ago. 2015.

_____. **Caderno Grêmio em Forma**, 2. edição. São Paulo, SEM ANO. INSTITUTO SOU DA PAZ. Disponível em:

< http://www.ete pb.com.br/arq_alunos/downloads/gremio/caderno_gremio_estudantil.pdf > Acesso em: 14 jun. 2015.

_____. **Caderno Grêmio em Forma**. São Paulo, SEM ANO. Disponível em:

< http://www.soudapaz.org/upload/pdf/guia_gremioemforma.pdf > Acesso em: 12 jun. 2015.

_____. **Grêmio Estudantil é hora de participar**. Disponível em: <http://www.soudapaz.org/upload/pdf/gremio_em_forma_semin_rio_spec.pdf. > Acesso em: 12 out. 2015.

MANDEL, E. **Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes**. Lisboa: Antídoto, 1979.

MARX, K. **Glosas críticas marginais ao artigo: o rei da Prússia e a reforma social de um prussiano**. São Paulo: Expressão popular, 2010.

_____. **Sobre a questão judaica**. São Paulo: Boitempo. 2010.

MENDES JR, A. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense. 1982.

MOURA, M. R. L. **Reformas educacionais, protagonismo juvenil e grêmio estudantil: a produção do indivíduo resiliente**. 2008, 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Sorocaba, Sorocaba, 2008.

PAULO NETTO, J. **Pequena história da ditadura brasileira: 1964-1985**. São Paulo: Cortez, 2014.

PARANÁ, Secretaria de Educação do Estado do Paraná- (SEED- PR). Portal Dia a Dia da Educação. Disponível em:

< <http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=144> > Acesso em: 24 jun. 2015.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Paraná - (SEED- PR). **Grêmio estudantil: participe**. Jun. 2012. Disponível em:

< http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/gremio_estudantil/manualgremio.pdf. > Acesso em: 10 jun. 2015.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Paraná - (SEED- PR). **Grêmios estudantis:** ações. Disponível em: <<http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=147>. > Acesso em: 12 ago. 2015.

_____. Secretaria de Educação do Estado do Paraná - (SEED-PR). **Grêmios estudantis, o que é.** Disponível em: < <http://www.alunos.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=147> > Acesso em: 20 abr. 2015.

POERMER, A. J. **O poder jovem:** história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, R. M. **O discurso do protagonismo juvenil.** São Paulo: Paulus, 2008.